



Dauster prometeu dados sigilosos aos senadores

Senado só dá aval após ver o acordo da dívida

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado poderá dar “sinal verde”, na próxima semana, ao acordo acertado entre o governo e os bancos credores da dívida externa para o pagamento dos juros atrasados de US\$ 8,5 bilhões. Mas o aval definitivo, que permitirá o reinício dos pagamentos da dívida, só virá depois que todos os senadores aprovarem o texto do contrato, que ainda está sendo discutido entre representantes do governo e dos bancos, em Nova Iorque.

Entendimento nesse sentido já foi acertado entre o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), e o presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PFL-PB). Ontem, Lira comunicou a decisão aos demais membros da comissão durante o depoimento do negociador oficial da dívida, embaixador Jório Dauster, e do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. “Os pagamentos só poderão ser iniciados depois que o Senado autorizar”, disse Lira. Eris e Dauster asseguraram que o pagamento *cash* de US\$ 2 bilhões dos atrasados ainda este ano, acertado com os credores, está dentro da capacidade de pagamento do setor público, como exige a Resolução 82, aprovada pelo Senado em dezembro passado.

Nem o embaixador nem o presidente do Banco Central, contudo, quiseram detalhar publicamente os cálculos do governo sobre a capacidade de pagamento. “Esse é um conceito complexo que está sendo constantemente revisto devido às mudanças da conjuntura econômica”, disse Dauster. “Mas por ser um elemento que influi nas negociações, os dados devem ser mantidos sob sigilo”, acrescentou, prometendo enviar aquelas informações aos senadores em caráter reservado. Insatisfeito com a resposta, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) entregou ontem à presidência do Senado requerimento de informações para que o governo demonstre que o acordo com os

bancos está obedecendo a Resolução 82.

O governo já se comprometeu a pagar US\$ 3,2 bilhões este ano, sendo US\$ 2 bilhões dos atrasados acumulados em 1989 e 1990, e mais US\$ 1,2 bilhão referente a 30% dos juros com vencimento a partir de 1991. Como as reservas do país eram de US\$ 8,7 bilhões em dezembro, esses pagamentos poderiam comprometer a meta de manter em caixa divisas suficientes para garantir quatro meses de importação (US\$ 6,8 bilhões), como exige a resolução do Senado. Mas, segundo Ibrahim Eris, os resultados da balança comercial nos primeiros três meses deste ano indicam que o país conseguirá obter saldo superior a US\$ 13 bilhões, US\$ 2 bilhões a mais que 1990. “Do ponto de vista cambial, não haverá problemas para pagar esses compromissos”, assegurou Eris.

Rumores — O embaixador Jório Dauster confirmou a informação de que as negociações com os credores somente deslancharam a partir de fevereiro, quando, depois dos ajustes no Plano Collor, os bancos tiveram a certeza de que a equipe econômica chefiada pela ministra Zélia Cardoso de Mello não estava para ser substituída, ao contrário dos rumores que circulavam no mercado. “Esses rumores enfraqueciam nossa capacidade de negociação, e mais de uma vez encontrei sobre a mesa das discussões cópias de artigos que saíam na imprensa brasileira especulando sobre a demissão da equipe”, contou Dauster.

O senador Suplicy apresentou à mesa do Senado projeto de resolução estabelecendo que os bancos paguem 25% de Imposto de Renda sobre os juros que deverão receber do governo. Nos acordos anteriores, segundo Suplicy, o Banco Central concordou em pagar o imposto pelos bancos, mas muitas instituições, apesar disso, obtiveram certificados de quitação do governo, usando-os para sonegar imposto nos seus países.